

Mapeando a transversalidade de gênero em políticas sociais: Um estudo no município de Seropédica, Baixada Fluminense – RJ



Isabelly Andrade de Oliveira¹
Tatiane de Oliveira Pinto²

Resumo

Apresentamos neste artigo resultados do projeto de pesquisa-ação intitulado “A transversalidade de gênero em políticas sociais: mapeando ações no município de Seropédica – RJ”, realizado no período de agosto de 2019 a julho de 2020, cujo objetivo foi identificar a transversalidade de gênero, a partir das ações da Política Social de Assistência desenvolvida no município de Seropédica, localizado na Baixada Fluminense, RJ. Nossas inferências apontam para a ineficiência nas políticas sociais que ‘transversalizam’ gênero no município de Seropédica, cujas ações possuem um caráter emergencial e focalizado e, assim, não oportunizam uma real mudança na realidade social dos sujeitos envolvidos de maneira mais ampla e contínua.

Palavras-chave: Transversalidade; gênero; políticas sociais; Seropédica; Baixada Fluminense.

Abstract

In this article we present the results of the action research project entitled “Gender mainstreaming in social policies: mapping actions in the municipality of Seropédica - RJ”, carried out from August 2019 to July 2020, whose objective was to identify gender mainstreaming, based on the actions of the Social Assistance Policy developed in the municipality of Seropédica, located in Baixada Fluminense, RJ. Our inferences point to the inefficiency in social policies that ‘mainstream’ gender in the municipality of Seropédica, whose actions have an emergency and focused character and, thus, do not provide a real change in the social reality of the subjects involved in a broader and more continuous way.

Keywords: Transversality; gender; social policies; Seropédica; Baixada Fluminense.

¹ Discente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista do Programa de Bolsas Institucionais em Pesquisa em Direitos Humanos 2019– PROEXT/UFRRJ E-mail: isabelly.andrade20@hotmail.com.

² Doutora em História Política e Bens Culturais pelo CPDOC – FGV. Professora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: oliveira.tatianede@gmail.com.

Introdução

Apresentamos neste artigo resultados de estudo realizado no período de agosto de 2019 a julho de 2020, produto da pesquisa-ação intitulada “*A transversalidade de gênero em políticas sociais: mapeando ações no município de Seropédica – RJ*”, cujo objetivo foi identificar a transversalidade de gênero, a partir das ações da Política Social de Assistência desenvolvida no município de Seropédica, Baixada Fluminense, RJ. Deste modo, trata-se de um estudo que se desdobrará em atividades de intervenção, com foco em gênero e políticas sociais.

Para entender a nova globalização e seu impacto sobre as pessoas da classe trabalhadora é preciso uma compreensão analítica de gênero, como afirma Kessler-Harris (2006). Nas palavras de Connel apud Kessler-Harris (2006), o gênero mudou a competição da força de trabalho e ‘forçou’ as famílias a acomodação de novas realidades econômicas, subverteu a ideologia do homem como provedor e desafiou os locais de trabalho para desenvolver novas regras para atender a uma força de trabalho muito diferente. Rotineiramente, aprendemos a usar gênero para naturalizar e impor hierarquias de poder e privilégio e também utilizamos, com frequência, cruzamentos de questões entre os espaços público e privado. Neste sentido, Picanço (2005) mostra que as transformações nas práticas de gênero, também alteram as definições daquilo que se espera de homens e mulheres. Existe um processo de “descolamento” de valores tradicionais sobre o ser homem e o ser mulher na sociedade. A partir desse processo, as definições dos papéis masculinos e femininos também apresentam um novo significado, além da alteração do impacto do trabalho feminino sobre a vida familiar, sobre a vida das mulheres e sobre políticas públicas de gênero.

Para Santos (2014), a respeito das demandas de gênero, há um caráter contraditório nas formulações das políticas sociais: a configuração de políticas para as mulheres não incorpora os avanços dos estudos de gênero como algo histórico, cultural e não fixo, além e reiteram os lugares tradicionais de gênero, localizando e mantendo-as exclusivamente na condição de domesticidade e reprodução social.

Ao longo do texto, pretendemos apresentar nossas percepções e inferências acerca da realidade estudada no município de Seropédica, na Baixada Fluminense - RJ. Cabe

pontuar que nossas indagações finais também se referem ao período pós-pandemia, considerando que nosso estudo foi atravessado, em sua fase final, pelas medidas de distanciamento social como principal ação preventiva do novo Coronavírus, impactando, inclusive na finalização da coleta de dados. Se já era desafiador pensar políticas sociais com foco na categoria gênero, no período pandêmico e no pós-pandemia, essa demanda se tornará ainda mais urgente.

1. Compreendendo o conceito de transversalidade de gênero

Pensar gênero como uma categoria de análise nos leva a refletir sobre uma ‘realidade social de gênero’, em que as relações são estabelecidas pelos antagonismos sociais entre homens e mulheres, com seus valores e significados, seus espaços ocupados, tarefas e atribuições pautadas na diferenciação sexual. E essas mesmas relações são perpassadas por um ideário de poder e desigualdades baseadas em diferenças, hierarquias e significados divergentes do feminino e do masculino. De modo particular, a questão da desigualdade de gênero foi temática de grandes discussões no meio político e acadêmico, além de atravessar muitas intervenções institucionais durante todo o século passado. Segundo Scott (1995), o conceito de gênero tem duas proposições: 1) é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e 2) é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Para a autora, uma nova forma de se pensar essas questões abrirá oportunidade para a reflexão sobre as atuais estratégias política feministas, uma vez que ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado juntamente com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas outras categorias como classe e raça.

Segundo Carloto e Lisboa (2012), o debate e a reflexão no âmbito acadêmico a partir da perspectiva de gênero colaborou para repensarmos como têm sido abordadas tradicionalmente as noções de cidadania, desigualdade e de justiça social. Nessa perspectiva o Serviço Social tem realizado uma análise crítica, em especial, ao viés liberal dessas noções sem examiná-las, de forma mais profunda, a partir da perspectiva feminista de gênero. O que se percebe é que há um certo preconceito em relação ao tema ao ser incluído no bojo da pós-modernidade e do culturalismo, de maneira a desqualificá-lo. A esse respeito, Carloto e Lisboa (2012) afirmam:

Inicialmente, é importante destacar que a discussão e primeiras produções sobre a condição de dominação-exploração das mulheres se dá pelas feministas do campo marxista-socialista. Segundo, a dominação das mulheres é anterior ao capitalismo. Terceiro, Estudos de Gênero é um campo de conhecimento em construção e que tem sido influenciado sim pelas teorias pós-modernas, mas também tem sido construído pelas teorias do campo marxista e materialista histórico. Neste último, a categoria central é a divisão sexual do trabalho. (...) O que une todas é compreender e explicar, de um lado, como essas relações são construídas e mantidas e, por outro, contribuir para o fim de relações de dominação, exploração de gênero, classe, raça e etnia (CARLOTO e LISBOA, 2012, p. 09).

Guardadas essas observações, procuramos demarcar o processo de elaboração do próprio conceito e em como é possível realizar articulações, de modo que políticas e ações do Estado também sejam permeadas por essas interpelações e desafios quando se trata de buscar uma equidade entre os gêneros feminino e masculino. De acordo com dados do Banco Mundial (2001), a igualdade de gênero é um elemento importante para o aumento do bem-estar econômico e social, bem como para a redução da pobreza. Em se tratando do campo das políticas sociais, é importante mencionar que os ideais feministas influenciaram a implementação de importantes políticas públicas, como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (1983) e as Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (1985), assim como a criação dos Conselhos Estaduais da Condição Feminina (1983), conforme consta no IBAM (SILVA et al, 2015).

Conforme definição do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, para o período de 2013 a 2015, a transversalidade das políticas de gênero é, ao mesmo tempo, um construto teórico e um conjunto de ações e de práticas políticas e governamentais. Os planos propõem um processo amplo e complexo de participação social e atuações intersetoriais, otimizando os recursos e garantindo sua aplicação em políticas com a finalidade de reduzir as desigualdades entre mulheres e homens. A transversalidade de gênero pode ser entendida como a inserção da noção de gênero no eixo central de atuação do Estado, com o objetivo de garantir que todas as ações governamentais considerem a perspectiva de gênero (SERRA, 2006). O conceito “*gender mainstreaming*” se difundiu, principalmente, a partir da IV Conferência Mundial de Mulheres, realizada em Pequim, em 1995. No Brasil, foi traduzido como transversalidade de gênero e adotado como um dos fundamentos da atuação da Secretaria de Políticas para Mulheres. Inserir o termo na gestão das políticas públicas significa atuar, ao mesmo tempo, em três frentes: no fomento da articulação

intersetorial das ações no campo das políticas públicas, na promoção da cooperação entre as diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal) e no estímulo à cooperação entre indivíduos e instituições das esferas pública e privada.

Marcondes et al (2018), de maneira bem detalhada, explicitam a estruturação dessas políticas que, na verdade, só começam a ser desenvolvidas no início dos anos 2000, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, e de um conjunto de instrumentos e instâncias para efetivar sua incumbência. De acordo com as autoras, essa iniciativa se somou a outras já existentes, como o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), que tinham como foco a articulação da gestão e participação social no desenvolvimento de políticas na área. Deste modo, ao longo das referidas implementações, foi potencializada a ideia de transversalidade como uma estratégia para inserção da perspectiva de gênero no curso das ações do Estado. No Brasil, não é possível dissociar os significados atribuídos à transversalidade de gênero do contexto sócio-político em que essa tática se desenvolveu, não se limitando, sobretudo, à forma de nomear a gestão dessa política.

No campo da administração pública a transversalidade é frequentemente relacionada à coordenação governamental de atuações de diferentes setores, sobretudo, referentes à garantia e efetivação de direitos. Porém, há algumas controvérsias quanto à sua circunscrição, considerando a demarcação de fronteiras com outros conceitos, como o de intersectorialidade que acaba por resultar em um uso alternado de ambos (MARCONDES et al, 2018). Em contrapartida, no âmbito dos estudos acadêmicos de gênero, por sua vez, é adicionada a preocupação com a operacionalização da transversalidade, mas que traz consigo certa vinculação com questões fundamentais do feminismo. Nos termos de Guzmán apud Marcondes et al (2018, p. 38), incluir a perspectiva de gênero na gestão pública abarca a “legitimação dessa problemática na sociedade e no Estado, com sua integração à agenda governamental, resultando na institucionalização de políticas públicas para sua superação”. Assim, resulta em um processo conturbado, onde os significados conferidos ao que se entende por transversalidade se transformam, como resultados de fatores culturais, institucionais, espaciais e temporais. Para Marcondes et al (2018), não se trata apenas de uma simples tradução da expressão “*gender mainstreaming*”, mas sugere uma (re)construção contextual, onde a variedade de significados é arregimentada em diferentes países, organismos internacionais e movimentos sociais feministas e de mulheres.

2. Compreendendo as Políticas Sociais

Em países com o sistema capitalista periférico, em função da larga desigualdade de classes, as políticas sociais nem sempre são de acesso universal. Na verdade, são políticas que possuem como foco categorias específicas da população, por meio de programas instituídos em cada gestão governamental que não significam uma garantia constante e segura de um direito incontestável, como salientam Behring e Boschetti (2011). Diante disso, como definir as políticas sociais? É possível compreender seu conceito, sem antes entender o campo multidisciplinar em que estão inseridas? Para Potyara Pereira (2001), no âmbito desses domínios há o sentido de ação, onde o Estado se movimenta, pressionado pela sociedade, para dar respostas. Possui, também, o caráter de política no sentido de atender as demandas sociais e pode ser entendida, ainda, como política pública, no sentido original do latim: uma política de todos, que envolve Estado e sociedade, algo que seja universal e que visa atender todas as pessoas de forma universal.

De acordo com Vicente Faleiros (1991), as políticas sociais podem ser mecanismos de manutenção da força de trabalho, conquistas dos trabalhadores, arranjos do bloco no poder ou do bloco governante, e ainda, um instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos dos cidadãos. Na demarcação do autor, as sociedades capitalistas possuem um discurso dominante da igualdade e, nesse sentido, o conceito de *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social tem como base a ideia de que o homem possui direitos indissociáveis a sua existência enquanto cidadão e estes direitos seriam direitos sociais. No entanto, é importante observar que no *Welfare State*, o Estado é o principal agente de proteção social de garantia de direitos, pelo qual é garantido o acesso gratuito a determinados serviços e a prestação de benefícios mínimos para todos (FALEIROS, 1991). Há registros de que o Estado do Bem-estar surgiu após a Segunda Guerra Mundial e seu desenvolvimento está intimamente relacionado ao processo de industrialização e os problemas sociais gerados a partir dele. Esse modelo emergiu na segunda metade do século XX na Europa Ocidental, se estendeu para outras regiões e países e chegou ao auge na década de 1960. No transcurso dos anos 1970, porém, tal modelo de Estado entrou em crise devido à dificuldade cada vez maior de harmonizar os gastos públicos com o crescimento da economia capitalista.

No Brasil, as políticas sociais tiveram sua trajetória influenciada por políticas econômicas internacionais. Ao contrário das políticas sociais dos países capitalistas

avançados, que nasceram livres da dependência econômica e do domínio colonialista, o sistema de bem-estar brasileiro sempre expressou as limitações decorrentes dessas imposições. Pode-se dizer que o Estado de Bem Estar Social no Brasil ocorreu através dos reflexos do sistema internacional. A política social brasileira se expandiu nos períodos de regime autoritário, no qual o governo procurava mostrar uma vertente humanista, para justificar sua ação interventora. Na verdade, é fundamental registrar que o Brasil nunca chegou a estruturar um Estado de Bem Estar semelhante aos dos países de “Primeiro Mundo”.

Quando nos deparamos com o descompasso do tempo atual entre os direitos sociais, as políticas públicas e a ação estatal somos provocados por Chaves e Gehlen (2019), que afirmam que há uma falência das políticas sociais e da sua função regulatória, além de uma regressão no âmbito da proteção social, que leva a um aumento vertiginoso da precarização do trabalho e a ampliação da pobreza, dificultando o acesso à renda e aprofundando as desigualdades sociais. O que se observa hoje é a existência de diferentes políticas públicas fragmentadas, cujo discurso neoliberal dos direitos sociais vai aprofundando as desigualdades sociais, precarizando o trabalho e as relações sociais. Além disso, existem discursos sobre liberdade individual, autonomia, livre mercado e livre-comércio que legitimam políticas públicas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista.

3. Como pensar a transversalidade de gênero nas Políticas Sociais

Do ponto de vista nacional, conforme discutiram Andrade et al (2019), a transversalidade de gênero seria o cerne das políticas públicas e um fator estratégico a partir da reivindicação dos movimentos feministas, o que evidencia a relevância do PNPM que abarca o fortalecimento da autonomia das mulheres, bem como a universalidade dos serviços, direito à diversidade e participação efetiva na esfera pública.

Tendo em vista que a transversalidade de gênero é considerada como uma referência para as políticas públicas devido a sua construção teórica, mas também em função de sua construção prática, é importante demarcar, ainda, a distinção entre os termos ‘transversalidade’ e ‘transversalização’. A transversalidade é determinada na medida em que o gênero é operador de poder e dinamizador das relações sociais e culturais. Já o termo transversalização, refere-se à assimilação da categoria gênero e da modificação dessas

relações mediatizadas pelas políticas públicas. Como afirmamos anteriormente, a literatura sobre o tema aborda, de modo distinto, a transversalidade a partir do referencial teórico e político, levando em conta o debate recente nos cenários público e acadêmico. Por conseguinte, existem tensões no discernimento e prática da transversalização. Além dessas barreiras, aponta-se para a falta de representatividade das mulheres em espaços políticos e decisórios e, consoante a isso, a dificuldade referente à operacionalização está associada à perda do caráter transformador e revolucionário.

O termo *'mainstreaming'* engloba a categoria gênero em todas as políticas sociais. Dessa maneira, o problema da operacionalização está no interior das ações do Estado, por tratar tal categoria de modo verticalizado. Dito isso, é de fundamental importância que a transversalidade seja operacionalizada de forma horizontal, abrangendo uma maior sensibilização, conscientização e formação em gênero dos indivíduos envolvidos. As produções nacionais carecem de um olhar para a operacionalização em âmbitos federais, demonstrando assim um desafio central, uma vez que sua origem é tratada nos textos oficiais, mas há impedimentos para uma ampliação nas ações. Em síntese, cabe pontuar que a institucionalização da transversalidade de gênero ficou restrita a Secretaria de Políticas para as Mulheres e seus departamentos. Ademais, a pluralidade presente no conceito e o viés heteronormativo trazem uma disputa de poder por não ocorrerem discussões sobre a transversalidade de gênero de maneira mais frequente.

Consideramos imperativo diferenciar aquilo que entendemos como programas que contêm como alvo as mulheres e o que percebemos como programas com perspectiva de gênero. Programas em que trazem em seu bojo uma perspectiva de gênero, ou enfoque de gênero, não são sinônimos de programas em que as mulheres são centrais. Na verdade, nos termos de Soares apud Carloto (2002), há uma necessidade de programas em âmbito municipal, sobretudo, a partir de uma lógica de gestão participativa, utilizando novas metodologias e ampliando os indicadores acerca de transformações na divisão do trabalho doméstico e na diminuição ou erradicação da violência doméstica.

Igualmente são necessárias ações que atendam demandas de aumento de qualificação profissional, bem como em dados sobre a geração de trabalho e renda, ampliação da escolarização, cuidados no campo da saúde sexual e reprodutiva, autonomia e emancipação e qualidade de vida física e mental. Quando há a abrangência da perspectiva de gênero há políticas sociais que buscam promover a cidadania e a emancipação das

mulheres e não políticas públicas com foco em apenas instrumentalizar seus papéis na esfera reprodutiva.

Não se trata de reduzir as ações do Estado em um campo de práticas educativas e sim colocar tais ações em primeira escala. Para isso, é necessária a disposição de creches e escolas públicas, equipamentos de saúde em uma perspectiva integral e não meramente reduzidos à esfera reprodutiva, limitados à programas de planejamento familiar, espaços de habitação adequados, locais para a realização de atividades de lazer e cultura, concepção de redes de economia solidária, somente para citar algumas demandas.

4. Metodologia

Na pesquisa de que trata este artigo o objeto de estudo perpassa pelas ações da política de Assistência Social do município de Seropédica, localizado na Baixada Fluminense, RJ. Conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), em 2019, a população ocupada em relação ao trabalho representava 17,5%. Logo, estima-se que um grande número da população necessite de assistência social, cuja política está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A referida legislação prevê um sistema público brasileiro que sistematiza o acesso não contributivo em benefícios, programas e serviços socioassistenciais (BRASIL, 2015a).

O SUAS é dividido em duas categorias: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. O primeiro tem como objetivo prevenir situações de risco e vulnerabilidade social, oferecendo ações que fortaleçam o vínculo familiar para que não haja ruptura. O público alvo dessa política é composto por pessoas em situação de pobreza, fragilização de vínculos afetivos e situação de discriminação (etária, de gênero, renda, deficiência e outros). O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a principal porta de entrada da Assistência Social. A partir desse panorama, escolhemos uma unidade do CRAS localizada em Seropédica, com o intuito de analisar as ações que perpassam gênero (BRASIL, 2004), também por se apresentar como um equipamento de fácil acesso para a equipe de pesquisa, além de também ser um espaço de campo de estágio para os estudantes do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, localizada no município em questão.

Em se tratando da segunda categoria do SUAS, a Proteção Social Especial se refere ao encaminhamento das situações de maior complexidade, em que há violação dos direitos humanos. Essa política é designada a famílias e indivíduos que possuem o vínculo familiar enfraquecido ou ausente. Dessa maneira, o público-alvo é caracterizado por indivíduos em situações de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, dentre outras. Para verificar as ações envolvendo a transversalidade de gênero nessa esfera da política de Assistência Social, também coletamos dados de um equipamento de Atenção à Mulher³ de Seropédica, que é um espaço destinado a atender mulheres vítimas de violência doméstica por meio da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres⁴.

O município de Seropédica está localizado na Baixada Fluminense, próximo às cidades de Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e Itaguaí. A distância do centro de Seropédica até o centro do Rio de Janeiro é de cerca de 70 quilômetros e, no ano de 2018, sua população estimada foi de 86.743 habitantes. Em estudo recente, Menini (2010) mencionou o projeto de emancipação do antigo distrito de Itaguaí. A primeira em 1990, cujo plebiscito não foi aprovado e a segunda tentativa anos mais tarde, quando, finalmente em 12 de outubro de 1995, Seropédica se emancipou e se tornou um município independente de Itaguaí. A inauguração ocorreu em 1º de janeiro de 1997. De acordo com dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2011), o nome Seropédica advém de um neologismo formado por duas palavras: uma, de origem latina, *sericeo* ou *serico*, que significa seda, e outra, grega, *pais* ou *paidós*, que significa tratar ou consertar. Um local, portanto, onde se trata ou se fabrica seda. O perfil atual de Seropédica é de uma extensão da cidade universitária. Como salienta Pereira (2020), a presença da instituição não reduz as deficiências infra estruturais, de saneamento, de mobilidade, de urbanização e habitacionais. Do mesmo modo, a expansão urbana em torno da universidade não se apresentou tão benéfica social ou culturalmente, permanecendo como uma “ilha” de racionalidade e conhecimento, em um território desarticulado e carente.

³ Por questões éticas e para garantir o anonimato das instituições pesquisadas, não iremos nomear a unidade do CRAS e nem o equipamento que oferece ações de atenção à mulher. Deste modo, neste artigo, iremos nos referir a essas unidades como equipamento do CRAS e Centro de Atenção à Mulher.

⁴ A principal finalidade da referida política é estabelecer mecanismos de prevenção e combate acerca da violência contra a mulher, oferecendo suporte e assistência psicológica, jurídica e social (BRASIL, 2011a; idem, 2011a).

O estudo possui caráter qualitativo, compreendido por meio da apreensão total da realidade e pela interpretação dos fenômenos, o qual considera o contexto político, social e econômico como fatores indispensáveis na análise. Sendo assim, o ambiente social é a fonte direta de dados do pesquisador, tendo uma característica descritiva do objeto, sendo o processo e seu significado os focos principais da abordagem (CRESWELL, 2010; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram a análise documental e a observação participante, que se desdobraram em uma perspectiva de “pesquisa-ação”, caracterizada pelo estudo no qual, para além de compreender, visa intervir na situação a fim de modificá-la. Deste modo, ao mesmo tempo em que se realiza um diagnóstico e análise de determinada situação, a pesquisa-ação propõe aos sujeitos envolvidos mudanças que aprimorem/alterem as práticas analisadas, como nos explica Severino (2007).

Como primeira etapa do trabalho de campo foi realizada a observação participante, pela qual também foram coletados dados a partir do acompanhamento e de conversas informais com as gestoras do CRAS e do Centro de Atenção à Mulher. Para tanto, foram realizadas visitas semanais em cada um desses espaços com pontos-chaves a serem debatidos e esclarecidos no decorrer da pesquisa. No que se refere à análise documental, é importante registrar que foi possível ter acesso à apenas um planejamento sobre o evento específico e não em documentos de políticas públicas sancionadas ao nível municipal, ou estadual.

É importante ressaltar que no mês de março de 2020, em todo o Brasil foi adotado processo de isolamento social como medida de combate a pandemia do novo COVID-19, resultando na suspensão das atividades acadêmicas na UFRRJ e, conseqüentemente, em adaptações nas atividades de pesquisa e extensão. Foi exatamente nesse período que colocamos em prática o que havia sido estabelecido em nosso cronograma de trabalho: a realização das entrevistas com as gestoras dos equipamentos mencionados. Apesar da suspensão das atividades presenciais em nossa Universidade, houve algumas tentativas de entrevista por meio remoto, entre os meses de março e abril de 2020. No entanto, não obtivemos retorno por e-mail, tampouco por contato telefônico por parte das gestoras, o que nos leva a supor uma sobrecarga naturalmente imposta às mulheres no período da pandemia, o que dificultava a conciliação com outras atividades, como a respostas às nossas indagações de pesquisa, por exemplo.

Para que o projeto de pesquisa pudesse seguir seu fluxo, nos meses em que seguimos em distanciamento social (março à julho de 2020), optamos pelo planejamento de algumas ações de intervenção a serem realizadas posteriormente, tanto no CRAS, como no Centro de Atenção à Mulher, provocadas pelas impressões do próprio campo de estudos, além dos dados coletados nas conversas informais com as trabalhadoras/gestoras da Assistência Social, com as quais tivemos contato ao longo da pesquisa e da observação participante. Assim, encerramos o que intitulamos como ‘pesquisa-ação’, com propostas de atividades que possam somar às ações nos referidos espaços num futuro breve.

5. Resultados e Discussão

Para que pudéssemos compreender como a categoria gênero é inserida nas políticas sociais no município de Seropédica, foi necessário refletir sobre as dinâmicas políticas, econômicas e sociais presentes na cidade. Ao longo do estudo, pareceu-nos haver uma instabilidade política e conflito de interesses na gestão da Assistência Social, tendo em vista que as técnicas e gestoras não são concursadas sendo contratadas por vínculo comissionado. Assim, podemos intencionar que acabam exercendo a função de acordo com o governo vigente para não serem prejudicadas em virtude da especificidade do tipo de suas contratações. Conforme pontua Yamamoto (2004), essa situação pode se configurar como autonomia relativa do exercício profissional, dado que as ações no ambiente do trabalho são limitadas por normas, metas, relações e condições de trabalho.

Embora houvesse na equipe executora das ações de pesquisa-ação a intenção em se romper o ‘muro ideológico’ entre a universidade e a cidade, que acaba por gerar um distanciamento da população seropedicense em relação à instituição e sobre o que nela é produzido, percebemos certa resistência na consolidação de parcerias com o município onde a Universidade está inserida, bem como com sua comunidade. Um caso emblemático dessa resistência foi a morosidade em obtermos a autorização formal da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos para a execução do projeto, que se deu após certa insistência e o reforço da pactuação de que os dados obtidos com o estudo teriam fins científicos apenas.

Até os anos 1980, muitos municípios que compõem a Baixada foram marcados pelo estigma da miséria e violência e, com um contorno pejorativo, foram moldados como

territórios dormitórios que eram, na prática, condenados a serem uma reserva de “mão-de-obra e curral eleitoral” (NOGUEIRA, 2008, p. 03), por interesses de uma elite empresarial e política que não tinha comprometimento com as questões sociais. No entanto, a partir do início do século XXI, a Baixada se firma como região estratégica para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro e, assim, o espaço, antes conhecido como a periferia metropolitana do Rio de Janeiro, apresenta-se como um território dinâmico e em constante transformação, tendo em vista a implantação de projetos variados, como a abertura do Arco Metropolitano, a expansão do porto de Itaguaí, a construção de parques aquáticos, dentre outros. Assim, aparecem novas definições acerca desse subespaço diante da nova realidade socioeconômica. No município de Seropédica, em específico, embora a imagem construída e consumida sobre a Baixada esteja se transformando (BARRETO, 2004), em discursos e aspectos internos existe também o sentimento de abandono, sob o estigma de uma região sem autoestima, com imagens negativas, sobretudo por quem não tem origem nessa região.

No que se refere ao CRAS, inferimos sobre a inexistência de um plano de ação na unidade, considerando que tal documento não nos foi apresentado, além de não constar em nenhum canal de comunicação da prefeitura, no período em que realizamos a investigação. Conseguimos ter acesso somente a uma documentação, em forma de plano de ação, elaborado pela gestora de um evento realizado em agosto de 2019, nomeado “Mulheres com Direitos”. A principal finalidade da ação foi reunir vinte mulheres em situação de violência doméstica e vulnerabilidade social, para discutir o empoderamento feminino e informar sobre a Lei Maria da Penha. Nessa atividade, em particular, apenas a metade do público-alvo estimado compareceu e o motivo atribuído, na época, pela organização do evento, foi de que existe uma resistência muito grande por parte das mulheres em voltar ao espaço de acolhimento para mulheres, sobretudo, quando se trata da questão da violência. Para a realização da atividade os recursos materiais, como alimentação e organização do espaço, foram de responsabilidade da equipe, demonstrando a ausência do Estado e, como consequência, a caridade e benesse como alternativas acionadas para a operacionalização das ações. Importante mencionar que uma das táticas para atrair as usuárias e incentivar a participação nas atividades do CRAS é a distribuição de cestas básicas. A esse respeito, Barreto et al (2018) alertam sobre os desafios enfrentados pelos profissionais em adequar o projeto ético-político profissional e os pleitos e requisições da instituição empregadora que, em muitas ocasiões, determinam ao profissional “a

evocação da prática do passado do assistencialismo, da caridade e do favor” (BARRETO et al, 2018, p.122). Nesses termos, a ingerência profissional se torna pontual, focalista e imediata, reduzindo a ação em gerir os recursos que já são insuficientes entre os pobres mais pobres, afetando diretamente na concretização dos direitos sociais, abalados cotidianamente pela política neoliberal. Considerando a ausência de medidas formais acerca da categoria gênero nas ações do município, realizamos um paralelo com a dimensão das ações no interior das políticas públicas em nível federal, como por exemplo, na organização do CadÚnico⁵ e o Serviço de Proteção e Atendimento à Família (PAIF)⁶. Os requisitos para o Programa Bolsa Família (PBF) remetem à díade mãe e filho, pois engloba a obrigatoriedade da inscrição pré-natal, participação de atividades socioeducativas em relação à família e uma porcentagem mínima das crianças nas escolas. Nesse sentido, estimula o apoio do homem, mas não necessariamente o inclui como participante, o que reforça o papel feminino de cuidadora (CAMPOS et al, 2019). Uma das características dos governos neoliberais é a existência de uma valorização da família como *locus* privilegiado de superação das sequelas da questão social, em detrimento de um Estado que, de acordo com Carloto (2002), não coloca em primeiro plano os gastos com o social e que pouco tem praticado em termos de política social e estratégias de superação das desigualdades sociais e de gênero.

A grande maioria das políticas, programas e projetos dirigidos às mulheres no mundo inteiro, enfocam os ‘papéis’ de esposas e mães dentro da divisão sexual do trabalho e buscam enfrentar necessidades voltadas à esfera doméstica, mas que, na verdade, pouco contribui para a conquista do empoderamento e autonomia das mulheres. Além disso, há uma premissa básica de que as mulheres são mais confiáveis não apenas como mães, mas também são consideradas mais fidedignas que os homens na aplicação adequada do benefício e tão ou mais capazes do que eles, garantindo assim a eficácia dos programas. Também são as mulheres, a partir da ‘função’ de mãe, que precisam se fazer presentes na

⁵ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – ou simplesmente CadÚnico, como é mais conhecido – “é um instrumento que possibilita a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda” (BRASIL, 2017b, p.7).

⁶ O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, aos quais todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois “confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS” (BRASIL, 2009, p. 31).

maioria das atividades previstas nesses programas, como por exemplo, as de caráter socioeducativo, além de serem as principais agentes pela execução dos critérios de permanência.

No documento federal designado *Orientações técnicas sobre o PAIF*, publicado em 2017, a categoria “gênero” é citada duas vezes como exemplo a ser discutido nas oficinas da família e aspectos a serem observados na estrutura familiar. A matricialidade sociofamiliar é um dos princípios da política de Assistência Social e isso significa compreender a realidade do núcleo familiar para o fortalecimento do vínculo. No entanto, em geral, são as mulheres que vão às reuniões do PAIF, o que recai na função unilateral maternal. Na referida documentação o termo “transversalidade de gênero” não é mencionado, o que já perde o seu potencial transformador, porque é necessário incluir em todas as esferas públicas o combate às desigualdades entre os sexos (BRASIL, 2004; GASPAROTTO; GROSSI, 2015).

Foi possível constatar que as medidas do CRAS que perpassam a categoria gênero são isoladas e, em nossa percepção, as atividades realizadas ocorrem de maneira fragmentada cuja, de acordo com Santos (2014, p. 205), condição focalista, descontínua e segmentada das políticas públicas brasileiras não modifica o panorama das severas desigualdades sociais, “pois as mesmas necessitam de investimentos substantivos e substanciais em políticas sociais universais”. Além disso, consideramos as ações deficitárias no que diz respeito a outros marcadores, pois quando discutimos a categoria gênero é necessário um recorte de classe, raça e sexualidade (ANDRADE et al, 2019).

Na administração do PAIF, a gestão do referido equipamento organizou um evento na ocasião do *Outubro Rosa*, que abordou o tema do câncer de mama, inclusive dispondo cartazes no espaço de recepção aos usuários da unidade. Seguindo a mesma linha, foi realizado o evento *Novembro Azul*, que abordou o tema do câncer de próstata, demonstrando que as ações também são orientadas para os homens, mesmo que sejam mínimas. Auxiliamos, ainda, na elaboração do projeto *Bate papo com as Gestantes*, cuja ideia inicial foi reunir dez mulheres gestantes e promover rodas de conversas para discutir temas como: cuidados com o bebê e a mãe; direitos sociais; questões jurídicas, dentre outros. A questão da contrapartida se repetiu no referido evento. No primeiro encontro foram distribuídas fraldas descartáveis a cada gestante participante e o planejamento previa a entrega de um *kit* personalizado para a última reunião com o grupo. Todos os itens doados

foram arrecadados pela equipe do CRAS, o que destaca novamente a precarização dos recursos no equipamento⁷, porque também não há um carro próprio na unidade para realizar visitas técnicas aos usuários. A temática escolhida para o primeiro debate foi “Alienação Parental”⁸, sob a responsabilidade de uma profissional da Assistência Social de Seropédica, formada em Serviço Social e especializada no tema jurídico em questão. Apesar do comparecimento de apenas cinco gestantes, o encontro foi dinâmico e as mulheres expuseram suas opiniões acerca do tema e compartilharam experiências pessoais. Uma das motivações da gestão do CRAS foi difundir a informação, porque as mulheres podem estar grávidas pela segunda vez e sofrerem ou praticarem a alienação parental, haja vista que os maiores prejudicados são os filhos. As usuárias também questionaram sobre o Programa Bolsa Família e demonstraram interesse para os encontros seguintes, mas não se posicionaram para a escolha da próxima discussão quando a gestora provocou uma interação.

No Centro de Atenção à Mulher existe um modelo de planejamento estruturado feito pela gestão sobre a ação anual, referente a cada mês. No entanto, não foi possível acessá-lo. No município de Seropédica é inexistente a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) e, como consequência, a demanda das vítimas pode estar reprimida, porque o Centro de Atenção à Mulher é o único espaço especializado nesses serviços, dispondo de profissionais como assistentes sociais e psicólogos e o funcionamento da unidade é de segunda a sexta-feira, em horário comercial, embora a Política Nacional de Enfrentamento de Violência contra a Mulher proponha uma rede articulada para atender a vítima, com assistência jurídica, social, serviços de saúde,

⁷ Para a realização da atividade com as gestantes, foi necessário realizar uma busca ativa no posto de saúde mais próximo para convidar as mulheres. Busca ativa é um mecanismo do Plano Brasil Sem Miséria e significa “levar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas mais pobres cheguem até o poder público. Um dos grandes desafios do Brasil Sem Miséria é alcançar a população considerada invisível, aquela que não acessa serviços públicos e vive fora de qualquer rede de proteção social” (BRASIL, 2015b, p. 1). Para ter um maior controle e vias de contato, foi elaborada uma ficha para a usuária responder com informações como o nome, data de nascimento, estado civil, endereço, telefone, tempo de gestação e sexo do bebê. Ressaltamos que se trata de um projeto para mulheres de baixa renda, mas todas as usuárias possuíam *smartphones* com acesso ao aplicativo de mensagens “WhatsApp”, demonstrando uma, das inúmeras contradições encontradas no campo.

⁸ De acordo com a Lei nº 12.318, de 26 de Agosto de 2010, em seu artigo 2º, “considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este” (BRASIL, 2010, p. 1).

segurança, educação e trabalho em tempo integral, nos respectivos espaços: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, delegacias comuns, Centro de Referência, Defensorias Públicas da Mulher, Defensorias Públicas, Instituto Médico Legal, Serviços de Saúde, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Casas Abrigos (BRASIL, 2011b).

Segundo relatos da gestora do Centro de Atenção à Mulher, a delegacia da cidade apresentou problemas em seu corpo técnico, tendo em vista que os funcionários naturalizavam a violência e culpabilizavam a vítima em sua condição. Se trata de uma violência de gênero, de acordo com o que afirma Tojal et al (2016), quando terceiros (Estado, parceiro, familiares, etc) silenciam o corpo e as vontades femininas, com a manutenção da hegemonia masculina, a perpetuação de estereótipos de gênero e exclusão das políticas públicas que discutam gênero e a ausência de mulheres na esfera política. Nesse sentido, é como se a mulher merecesse a agressão contra ela. O Centro de Atenção a Mulher se dispôs a realizar algumas ações como palestras em conjunto à equipe da delegacia na tentativa de reduzir o pensamento machista e enraizado na sociedade.

A mulher, vítima da violência doméstica, além de ter uma dependência emocional, pode estar diante de uma dependência financeira. Diante disso, a gestora do Centro de Atenção a Mulher, em nosso primeiro contato, informou-nos do acompanhamento que incentivou a profissionalização da usuária a garantir uma vaga de emprego, corroborando com o que é apontado por Andrade et al (2019), que afirmam que a transversalidade de gênero nas políticas sociais é (também) compreendida como medidas e ações de inserção da mulher de baixa renda no mercado de trabalho, com o objetivo de torná-la independente. Deste modo, destacamos que as ações do Centro de Atenção a Mulher, mesmo sendo pontuais, possuem um viés emancipatório da mulher em relação a seu agressor. A instituição junto ao Centro de Referência de Assistência Especializada (CREAS) inauguraram, em fevereiro de 2020, as ações com foco nessa questão, em que o primeiro auxiliava juridicamente e psicologicamente a vítima e o segundo procurava trabalhar nas causas da agressão. Silva, Coelho e Moretti-Pires (2014), por meio de uma revisão sistêmica da literatura, tratam como estímulos masculinos para a violência, as dificuldades financeiras no/do grupo familiar, sentimento de impotência dos membros da família, em especial dos homens e, por conseguinte, uma desestruturação familiar.

Já finalizando as atividades de nosso estudo, foi possível acompanhar um evento de caráter municipal que buscava divulgar as ações do Centro de Atenção a Mulher e informar

sobre a violência doméstica e os canais de denúncia. A atividade foi intitulada como *Dezesseis dias de Ativismo pelo fim da violência contra a Mulher*⁹, tendo sido realizada em novembro de 2019. A ação¹⁰ contou com a disposição de um ônibus na cor lilás no centro de Seropédica, com a presença de profissionais para prestar serviços às mulheres vítimas da violência, como psicólogas, assistentes sociais e advogadas. No dia de acompanhamento da atividade pela equipe de pesquisa, onze mulheres conseguiram atendimento. Em se tratando de Seropédica, um município pequeno, consideramos que foi um evento com grande participação, em que o público se interessou bastante pelos folhetos sobre o espaço e pelo tratamento estético.

Embora não tenha sido possível realizar entrevistas com as gestoras, para compreender a percepção de cada uma delas acerca da “transversalidade de gênero”, em função da necessidade do isolamento social, é possível concluir que nos meses em observação participante nos equipamentos citados, não havia nenhuma referência ou direcionamento das ações que perpassassem tal conceito. A partir de nossas observações e conversas informais também eram notórias falas naturalizadas proferidas pelas profissionais, que podem inferir negativamente no estudo social¹¹ do usuário. A partir de nossas percepções, consideramos necessário realizar atividades de intervenção acerca dos pontos que perpassam a categoria gênero junto a essas profissionais, onde serão utilizados instrumentos pedagógicos para discussão com as equipes das duas unidades e aqui reiteramos nosso posicionamento de diálogo e ressignificação de saberes, além de não reduzirmos nossas intenções a uma suposta superioridade acadêmica.

⁹ A atividade descrita estava inserida em um conjunto de ações da “campanha anual e internacional que começa no dia 25 de novembro, dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, e vai até 10 de dezembro, dia Internacional dos Direitos Humanos. No Brasil, a mobilização abrange o período de 20 de novembro até 10 de dezembro” (ONU, 2019, p. 1).

¹⁰ O evento contou ainda com o serviço de emissão de documentos de forma gratuita, como carteira de identidade (RG), certidão de nascimento, certidão de casamento, cadastro de pessoas físicas (CPF) e outros. Também foram realizadas oficinas da beleza, com profissionais especializadas em *design* de sobrancelha e atividade sobre a sexualidade feminina e doação de preservativos femininos.

¹¹ É uma das principais ferramentas de trabalho do assistente social, que tem “por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais” (FÁVERO, 2004, p. 42).

Conclusão

No período em que se deu de investigação, não nos foi apresentado um documento formal nos planos de ação da Assistência Social, do município de Seropédica que discuta, especificamente, a transversalidade de gênero. Nesse sentido, achamos oportuno realizar novas indagações: Em Seropédica há políticas de gênero ou políticas para mulheres? Se são ações voltadas para mulheres, em que perspectiva se dão? Nossas inferências, até o presente momento, apontam para uma ausência de uma política de Assistência Social com a perspectiva da transversalidade de gênero e uma insuficiência das ações voltadas para as mulheres. Isso porque as demandas das mulheres perpassam por políticas de trabalho e geração de renda, políticas de educação em que sejam providas creches para filhos e filhas dessas mulheres, além de ações voltadas para a questão da saúde sexual e reprodutiva e da complexa demanda que a questão da violência traz em seu bojo e não se limita e nem se esgota com as ações identificadas nos meses em que estivemos em trabalho de campo. Visualizamos também que os aspectos sociais, políticos e econômicos do município interferem diretamente na atuação profissional de gestores e gestoras das políticas sociais.

No caso específico das técnicas e gestoras participantes do estudo, em função de estarem em cargos comissionados, há uma instabilidade política, conflito de interesses e, uma consequente precarização do trabalho, com seus ofícios submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade. Se no século XX presenciamos a vigência da era da degradação do trabalho, nas últimas décadas do século XX e início do XXI, estamos defronte de novas modalidades e modos de ser da precarização, da qual a terceirização tem sido um de seus elementos mais decisivos (ANTUNES e DRUCK, 2015). Assim, as gestoras podem, inclusive estar vivenciando um impasse entre se colocarem como sujeitos e profissionais críticos da realidade e da questão social que envolve os usuários da política social e o risco de perderem seus empregos, a partir de ações mais contundentes acerca da transversalidade de gênero. No entanto, apesar desses apontamentos, não se pode afirmar a falta de iniciativas por parte dessas profissionais, dentro das limitações que lhes são impostas pelo sistema. Ademais, as ações que são pensadas nos equipamentos de assistência social pesquisados, possuem dificuldades em serem executadas em função da falta de apoio financeiro do Estado, além de se apresentarem de forma fragmentada e pontual.

Por haver ineficiência nas políticas sociais que ‘transversalizam’ gênero no município de Seropédica, cujas ações possuem um caráter emergencial e focalizado, não se pretende mudar a realidade social dos sujeitos envolvidos de maneira mais ampla e contínua, o que nos leva a concluir que as políticas sociais no contexto capitalista seguem pelo viés neoliberal, o que tem como consequência a precarização do trabalho profissional pelas práticas assistencialistas e pela refilantropização da assistência com a ausência da responsabilidade do Estado (BEHRING; 2009; NETTO, 2006).

Deste modo, indagamos sobre os desafios que serão postos ao planejamento e execução de políticas sociais no período pandêmico e no pós-pandemia do novo Coronavírus, porque, para além de todos os riscos à saúde pública da população, a pandemia lança luz a uma questão específica acerca das relações de gênero. De acordo com pesquisas elaboradas desde março de 2020, quando a doença causada pelo novo Covid-19 chegou ao Brasil, o índice de violência doméstica teve um aumento exponencial, já que o isolamento social é uma das medidas protetoras, no entanto, revela-se como uma ameaça à vida das mulheres. Apesar da doença afetar a população como um todo, a pandemia também não se manifesta da mesma forma nos diferentes grupos e classes sociais, considerando que as condições de vida dos indivíduos os expõem ao contágio em maior ou menor intensidade. Assim, as mulheres podem ser consideradas o grupo social mais afetado pelo novo Coronavírus, além de constituírem o grupo majoritário dos empregos mais precários ou informais, estando obrigadas a voltarem-se às tarefas do cuidado da casa, da economia doméstica, dos filhos, dos idosos, prezando pela saúde de todos e sendo a maior responsável pelo trabalho reprodutivo.

Referências

ANDRADE, S. dos S.; MEYER, D. E. E.; BARZOTTO, C. E. Transversalidade de gênero em políticas públicas: Uma revisão de literatura. *Revista Práxis*, Novo Hamburgo, n. 2, p 82-106, mai/ago, 2019.

ANTUNES, Ricardo. DRUCK, Graça Druck. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra.

Revista O Social em Questão - Ano XVIII – n. 34, 2015.

BANCO MUNDIAL. *A questão de gênero no Brasil*. Brasília (DF). 2003.

BEHRING, E. Política Social no contexto da crise capitalista. In: *Curso de Capacitação em Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARRETO, A.S. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. *Revista Campos*, vol. 5, n. 2, p. 45-64, 2004.

BARRETO, A. C. de J.; BARCELLOS, W. de S. & FERRAREZ, C. S. Da caridade ao direito social como instrumento de cidadania: Serviço Social em debate. *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 97-124, 2018. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/12416>. Acesso em: 21 agosto 2020.

_____. *Política Nacional de Assistência Social – Norma Operacional Básica*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 22 julho 2020.

_____. *Orientações técnicas Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília –DF, 2009.

_____. *LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm. Acesso em: 22 julho 2020.

_____. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília – Distrito Federal, 2011a. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de->

enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 29 junho 2020.

_____. *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011b. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso em: 29 junho 2020.

_____. *Marca dos 10 anos do SUAS representa o início da consolidação da política socioassistencial*, Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Desenvolvimento social, 2015a. Disponível em <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/abril/marca-dos-10-anos-do-suas-representa-o-inicio-da-consolidacao-da-politica-socioassistencial>. Acesso em: 29 junho 2020.

_____. *Busca Ativa*. Secretaria Especial de Desenvolvimento Especial. Ministério da Cidadania, 2015b. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/busca-ativa>. Acesso em: 04 agosto 2020.

_____. *Orientações técnicas sobre o PAIF*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília –DF, 2017a. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf. Acesso em: 22 julho 2020.

_____. *Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais no Governo Federal*. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília –DF, 2017b. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/>

publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Unico.pdf. Acesso em: 22 julho 2020.

CAMPOS, D. de S.; CAVALCANTI, L. F.; NASCIMENTO, M. A.F. do. Homens e Proteção Social: Política Nacional de Assistência Social. *O Social em Questão*, n° 43, p 239-256, jan/abr. 2019.

CARLOTO, C. M. Políticas Públicas, Gênero e Família. *Serviço Social em Revista*. Londrina, v.5, n.1, jul/dez. 2002.

_____.; LISBOA, T. K. Gênero, Políticas sociais e Serviço Social. *Revista Gênero*, Niterói, v. 13, n. 1, p.9-13, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31174/18263>. Acesso em: 16 julho 2020.

CHAVES, H. L. A.; GEHLEN, V. R. F. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. *Serv. Soc.*, São Paulo, n. 135, p. 290-307, ago. 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000200290&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 março 2020.

CRESWELL, J.W. *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. SAGE, 3ª ed, 2010.

FALEIROS, V. de P. *O que é política social*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FÁVERO, E.T.O. Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). *O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: contribuição para o debate no judiciário, penitenciário e previdência social*. São Paulo: Cortez, p. 9-47, 2004.

GASPAROTTO, G. P.; GROSSI, P.K. A dimensão de gênero na política de Assistência Social. *Seminário de Serviço Social, trabalho e política social*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2004.

IBGE. *Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2019*. Ministério da Economia / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Diretoria de Pesquisas – DPE/Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, 2019. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101662.pdf>. Acesso em: 24 junho 2020.

KESSLER-HARRIS, A. The wages of Patriarchy: Some Thoughts about the Continuing Relevance of class and Gender. *Labor, Studies in Working-Class History of the Americas*, vol. 3, nº3, 2006.

MARCONDES, M. M.; DINIZ, A. P. R.; FARAH, M. F. S. Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil. *Revista de Serviço Público*, Brasília, v. 2, n. 69, p. 35-61, abr/jun. 2018.

MENINI, N. C. da R. *Memória, História Oral e Simbologia: O Projeto de Emancipação e a Construção da Identidade Cidadã de Seropédica*. In: Anais da XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH – Rio: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, julho de 2010, UNIRIO. Disponível em http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276740700_ARQUI

VO_res.anpuh.pdf. Acesso em: 24 junho 2020.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. 2006.

NOGUEIRA, M. A. M. Baixada Fluminense. In: TORRES, G. *Baixada Fluminense: a construção de uma história*. Sociedade, economia, política. 2 ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*, 2019.

Disponível em
<<http://www.onumulheres.org.br/16dias/>. Acesso em: 24 julho 2020.

ONU MULHERES BRASIL. *Podemos mudar a maré em favor da igualdade de gênero*. 2020. Disponível em:
<http://www.onumulheres.org.br/noticias/podemos-mudar-a-mare-em-favor-da-igualdade-de-genero-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres>. Acesso em: 23 julho 2020.

PEREIRA, D. de A. Estratégias e processos participativos para o desenvolvimento local e regional na Baixada de Sepetiba, RJ. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 147-172, abril, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php> .Acesso em: 24 junho 2020.

PEREIRA, P. A. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. *Revista Temporalis*, n° 3. Brasília: ABEPSS/Grafile, 2001.

PICANÇO, F.S. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e a vida familiar. In: ARAÚJO,

C. ; SCALON, C. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 149-172.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2ª ed, Universidade Feevale, Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul, 2013.

SANTOS, A. E. L. *Emancipação para quem?: uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social*. 2014. 243 f. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Rio de Janeiro.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, n. 2, v. 16, jul./dez. 1995.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SERRA, A. La gestión transversal. Expectativas y resultados. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, n° 32. Caracas: CLAD, 2006.

SILVA, A. C. L. G.; COELHO, E. B. S.; MORETTI-PIRES, R. O. O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática. *Rev Panam Salud Publica*, n. 4, v. 35, 2014.

SILVA, M. C. A.; MELLO, L.J.A; CAMPELLO, L.; ARRUDA, M.C.; NEVES, P.C. *Democracia e gênero [livro eletrônico]: implantação de políticas públicas para mulheres*. Rio de Janeiro: IBAM, SPM, 2015.

TOJAL, A.L.S. et al. Rede de enfrentamento à violência contra a mulher: situação dos serviços especializados no município de Maceió. *Revista Brasileira de Tecnologias Sociais*, n. 2, v.3, 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
Secretaria Geral de Planejamento. *Estudos
socioeconômicos dos municípios do estado do Rio
de Janeiro: Seropédica, 2011*. Disponível em
[https://www.tce.rj.gov.br/estudos-
socioeconomicos1](https://www.tce.rj.gov.br/estudos-socioeconomicos1). Acesso em: 24 junho
de 2020.